

## 4

### A Revista

A *Revista Civilização Brasileira* (RCB) teve vinte e dois números publicados entre março de 1965 e dezembro de 1968. Sua importância como núcleo de resistência intelectual à crescente opressão da ditadura militar é destacada por todos os que viveram a época. Estudar esse periódico, analisando seu conteúdo e fazendo uma breve síntese de suas características físicas é, portanto, uma forma de recuperar uma parte significativa da memória do nosso país. É uma tentativa de descobrir o que aquelas páginas amareladas contêm e como podem contribuir, nos dias atuais, com exemplos de dignidade, coragem e coerência. Aqui, se fará uma abordagem mais geral da *Revista* e de suas diversas seções. O capítulo seguinte será dedicado a uma análise mais detalhada sobre o conteúdo de literatura e de crítica literária presente na publicação.

#### 4.1.

##### O objeto

No formato de 14 x 21cm e com uma média de 300 páginas por volume, a RCB assemelha-se, visualmente, a um livro. Sua periodicidade bimensal, porém, e seu conteúdo altamente diversificado e ligado às questões mais prementes da época em que era publicada fazem dela um periódico no sentido clássico. Seu preço sofreu pequenas alterações ao longo dos números, em função da alta inflação e das mudanças no sistema monetário do período. Os números de 1 a 4 custavam CR\$1500. O número 5-6 custava CR\$2000.<sup>4</sup> O número 7 traz também impresso na capa o preço de CR\$2000, mas um carimbo se sobrepõe indicando a alteração: CR\$3000, valor que se manterá até o número 11-12. A partir daí muda

---

<sup>4</sup> Algumas vezes, dois números da *Revista* foram publicados em um só volume. As razões para isso nem sempre ficam claras, mas era comum haver atrasos em função de problemas financeiros ou de dificuldades na reunião dos artigos e das colaborações. Em muitas ocasiões as dificuldades eram impostas pela repressão política, direta ou indiretamente (ver, por exemplo, o comentário ao editorial do n.5-6, mais adiante).

a moeda, e passa-se a trabalhar com valores em cruzeiros novos.<sup>5</sup> Os volumes 13 a 17 custam NCr\$3,00, o volume 18 custa NCr\$4,00 e os dois últimos, 19-20 e 21-22, custam NCr\$5,00.

Todos os números foram impressos na Companhia Gráfica Lux, de propriedade de Felix Cohen Zaide. Como já se disse no capítulo anterior, Zaide foi perseguido por ser um dos principais fornecedores de serviços gráficos à Editora Civilização Brasileira. Vendida nas livrarias ou podendo ser adquirida por assinatura – inclusive no exterior –, a *Revista* chegou a ter, em alguns números, a impressionante tiragem de 20 mil exemplares, esgotados rapidamente. É interessante notar, quanto à tiragem, que não há uma indicação precisa a esse respeito nos exemplares da *Revista*. O número 2, porém, traz uma pequena nota introdutória que expressa a alegria dos editores por ter a tiragem de 10 mil exemplares do número 1 se esgotado em apenas 25 dias. Duas notas na seção literária do *Correio da Manhã* confirmam esse espantoso sucesso inicial: na primeira, de 04 de abril de 1965, José Condé afirmava: “Quinze dias após o lançamento da *Revista Civilização Brasileira*, seis mil exemplares – dos dez mil distribuídos no Rio e em São Paulo – já tinham sido vendidos, o que atesta o êxito absoluto da nova publicação idealizada e dirigida por Ênio Silveira”. A segunda, de 27 de maio, anuncia o lançamento do segundo número, e destaca: “o primeiro, de 10 mil exemplares, teve a edição esgotada em vinte e cinco dias”. (CONDÉ, 1965) (ver ANEXO). No número 5-6, outra nota da direção da *Revista* mencionava a tiragem de 20 mil exemplares:

“Plataforma para o debate e a exposição livre de idéias, a *REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA* – apesar de todas as dificuldades que o próprio quadro cultural de nossa Pátria já oferecia ao seu progresso – alcançou a partir do segundo número a tiragem de 20.000 exemplares, cifra expressiva em qualquer parte do mundo para uma revista do gênero”. (RCB, n.5-6, p.3)

Mais adiante, na mesma nota, mencionava-se a existência de assinantes no exterior: “(...) aqui estamos de novo em contacto com nossos leitores que, hoje, já incluem centenas de assinantes em vários países da Europa e América, inclusive nos Estados Unidos”. (*Id.*, p.3)

---

<sup>5</sup> Em fevereiro de 1967, a moeda mudou do cruzeiro para o cruzeiro novo, com o corte de três zeros (CR\$1000 = NCr\$1,00).

Não é tão difícil compreender o sucesso da RCB. A ditadura implantada com o Golpe de 64 ainda não tinha calado a voz da imprensa e da intelectualidade, como o faria a partir de dezembro de 1968, embora já começasse a exercer uma forte pressão sobre os que se manifestavam contra o regime. O clima pesava com as denúncias cada vez mais freqüentes de tortura, com os exílios forçados, com as cassações. Os fatos ainda eram muito recentes, e os rumos, incertos. A tensão e a inquietação levaram a um movimento de intensa análise da situação, em termos políticos, econômicos e culturais. Expor as relações de poder – nacionais e internacionais – que levaram ao Golpe era uma forma de tentar compreendê-lo, e de organizar uma reação. Os intelectuais de esquerda – e é necessário frisar mais uma vez: não apenas os marxistas ortodoxos, mas de todos os matizes da esquerda – encontraram na RCB um veículo de expressão e livre debate de suas idéias. Laurence Hallewell atribui parte de seu êxito inicial a uma relação entre a RCB e a extinta *Revista Brasiliense*: “Parte do êxito da *Revista*, talvez fosse devida ao fato de que ela veio preencher a lacuna deixada pelo desaparecimento da *Revista Brasiliense*. Esta era algo semelhante, porém mais tradicionalmente uma revista marxista ortodoxa, fundada por Caio Prado Júnior em 1955 e que saiu pela última vez em fevereiro de 1964”. (HALLEWELL, 1985, p.486) Seja pelo motivo que fosse, o fato é que a intelectualidade nacional – e parte da internacional também – estava ávida por um espaço em que fossem discutidos com coerência e clareza, sem sectarismos, os rumos que o país vinha tomando. Mais se falará, adiante, sobre as características ideológicas da RCB, o que ajudará a compreender melhor esse sucesso de vendas.

Quanto à capa, a RCB teve dois padrões. O primeiro, que vigorou até o número 11-12, trazia o desenho de um homem rústico e forte, com um grande chapéu de palha na cabeça e um peixe na mão. Alguns traços retos completavam a imagem vazada em branco contra um fundo que variava de cor a cada edição (ver ANEXO). O tom geral era de simplicidade e economia; o resultado enxuto e, de certa forma, duro, apontava para uma identificação com a dureza daqueles tempos, com a simplicidade do povo e com a força dos trabalhadores. Além do desenho e dos traços, essas primeiras capas traziam em destaque, além do nome da revista (todo em letras minúsculas), alguns autores e artigos. O preço e o número completavam o conjunto. A partir do número 13, porém, a composição da capa foi alterada. O desenho deu lugar a uma divisão em cinco retângulos. Nos

dois quadros superiores, o nome da revista, acompanhado do preço e do número, e o símbolo da editora, em grande destaque. Imediatamente abaixo, um dos quadros destacava alguns artigos e seus respectivos autores e o outro trazia uma imagem em duas cores relacionada a um dos temas destacados. O retângulo inferior, que ocupava toda a largura da revista, trazia também uma imagem, que podia ser inclusive uma ampliação da que viera no quadro acima. Essa imagem, que predominava na distribuição gráfica dos elementos visuais, dava o tom geral da capa, indicando algum tema importante abordado na *Revista*. Com essa alteração, as capas passaram a ser mais modernas e dinâmicas, contando com maior força e impacto visual. O curioso é que, embora a Editora Civilização Brasileira tivesse o hábito de indicar o capista de seus livros, o responsável pelas capas da *Revista* não é mencionado. Os depoimentos colhidos, de pessoas que colaboraram e trabalharam de perto na elaboração de diversos números, também não acrescentaram nenhuma informação a esse respeito. Eunice Duarte, assistente de Ênio Silveira na Editora por cerca de dez anos, afirma ter a lembrança de que o próprio editor idealizava as capas e algum funcionário da casa simplesmente as executava. Seja como for, as capas da *Revista* funcionavam como uma vitrine ou janela para o seu interior.

As ilustrações internas eram poucas. Raros artigos eram acompanhados por algumas fotografias, sempre em preto e branco e impressas em um caderno com papel especial. Um exemplo são as imagens que acompanham a entrevista concedida pelo artista plástico Ivan Serpa ao poeta Ferreira Gullar, no número 2, intitulada “O artista já não pode fechar-se em si mesmo”. As fotografias mostram o artista e alguns de seus quadros. Outras matérias ilustradas com fotos são, por exemplo, o artigo de Mário Barata sobre o fotógrafo Fernando Goldgaber (número 3) e uma entrevista do escultor paraibano Fernando Jackson Ribeiro a Ferreira Gullar, intitulada “Eu não sei para que serve a minha arte”, publicada no número 1.

As ilustrações que aparecem com maior frequência, em quase todos os números, são as charges do cartunista Jaguar. Sem estar relacionadas a matérias específicas, as charges criticavam, com humor e ironia, diversos aspectos da realidade social, política e cultural do país e do mundo. Com seu traço contestador e irreverente, Jaguar “colocava o dedo na ferida”, não poupando nem mesmo o meio intelectual. O número de charges publicadas em cada edição da

*Revista* era irregular, assim como sua distribuição pelas páginas. Com isso, os desenhos de Jaguar pontuavam as reflexões mais profundas contidas nos artigos com seu humor ácido, e ajudavam a reconstruir dentro da *Revista* o clima geral em que vivia a sociedade brasileira na época. (ver ANEXO)

Além das fotografias e das charges, inúmeros anúncios publicitários eram intercalados com os artigos. Todos, entretanto, voltados para a indústria editorial ou fonográfica. Anúncios dos Discos Festa<sup>6</sup> dividiam espaço com os que apresentavam lançamentos de editoras como a Zahar, a José Olympio, a Brasiliense, a Companhia Editora Nacional, a Paz e Terra e, é claro, a própria Civilização Brasileira (ver ANEXO). Na sua maioria, os livros anunciados tratavam de temas sociológicos, históricos ou políticos, de modo geral contribuindo para a conscientização a respeito dos fatores relevantes implicados na configuração política e social do mundo na segunda metade da década de 60. Títulos significativos, que podem exemplificar essa tendência, são *O Capital*, de Marx, *O poder jovem*, de Arthur José Poerner, as biografias de Trotski e de Lênin, além de outros que tratavam da Guerra do Vietnã, das revoluções na América Latina, do movimento estudantil, da Rússia e do nazismo. Em todos os números da *Revista*, as contracapas e a quarta capa eram sempre dedicadas à publicidade.

As primeiras páginas da *Revista* eram sempre ocupadas pelo “Roteiro”, chamado de “Índice” a partir do número 13.<sup>7</sup> Até o número 10, o “Roteiro” agrupava os artigos em categorias que indicavam os principais temas sobre os quais se debruçava a *Revista*. Eram elas: Política Nacional, Política Internacional, Economia, Literatura, Cinema, Teatro, Artes Plásticas, Música, Documentário, Problemas Culturais e Filosóficos, Ciência e Tecnologia, Cultura Popular, Direito, Problemas Sociais e Políticos, História e Notas de Leitura. Evidentemente, nem todos os números traziam artigos em todas as categorias, de modo que eventualmente alguma delas não era publicada. Do número 11-12 em diante, porém, esse agrupamento por categorias foi eliminado. O “Roteiro” ou “Índice” passou a listar apenas os títulos dos artigos e os nomes dos autores, sem fazer qualquer divisão temática. Isso provavelmente se explica por uma diminuição no número de contribuições ou por dificuldades financeiras que impuseram uma

---

<sup>6</sup> Produtora de altíssima qualidade cultural, de propriedade de Irineu Garcia, em parceria com o poeta Thiago de Mello.

<sup>7</sup> Em alguns números posteriores, essas duas nomenclaturas convivem ou se alternam.

redução no tamanho da *Revista*. Com menos artigos, uma divisão em blocos temáticos não era mais necessária. É preciso lembrar que houve um processo de endurecimento do regime ditatorial contra as manifestações da oposição, e que isso tornou o trabalho dos editores e dos colaboradores da RCB mais difícil e arriscado.

## 4.2.

### **Direção e Conselho de Redação**

Possivelmente também por problemas com a repressão, o quadro com os nomes dos integrantes do Conselho de Redação da *Revista* deixou de ser publicado a partir do número 5-6. Até o número 4, figurava como diretor responsável o editor Ênio Silveira e como secretário o filósofo Roland Corbisier. Como integrantes do Conselho, Alex Viany, Álvaro Lins, Antônio Houaiss, Cid Silveira, Dias Gomes, Edison Carneiro, Ferreira Gullar, Haiti Moussatché, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Felix, Moacir Werneck de Castro, Nelson Lins e Barros, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Paulo Francis e Oswaldo Gusmão. Abaixo da lista dos nomes, uma nota advertia que as matérias não-assinadas eram de responsabilidade do Conselho de Redação. No entanto, o jornalista Moacir Werneck de Castro (cujo nome inclusive não consta do Conselho de Redação publicado no número 4) afirmou em depoimento para este trabalho que o Conselho não tinha uma participação efetiva nas decisões e na seleção de material para a *Revista*. Muitas vezes os nomes que ali constavam haviam sido incluídos por uma questão de cortesia ou de amizade. “Não haveria nem tempo para sentar e discutir entre todos o que ia ou não ser publicado”.<sup>8</sup> Eunice Duarte, em seu depoimento, confirmou esse distanciamento. Segundo ela, apenas Paulo Francis, Ênio Silveira, Moacyr Felix e ela própria estavam envolvidos diretamente na produção da RCB. As contribuições chegavam espontaneamente (quase nunca se encomendava uma matéria ou artigo a alguém), eram analisadas e alocadas nos diferentes números publicados.

---

<sup>8</sup> Depoimento de Moacir Werneck de Castro à autora.

Há uma quebra na periodicidade da *Revista* após o número 4, publicado em setembro de 65. O número 5, que deveria sair em novembro, sai apenas em março de 66, junto com o número 6. Esse volume, que não traz mais a relação dos nomes do Conselho de Redação, aponta como diretor responsável M. Cavalcanti Proença, e como secretário, Moacyr Felix. Essas alterações, somadas ao atraso na publicação, podem indicar que a *Revista* passara por alguns problemas com o regime. De fato, a nota da direção que abre o volume afirma:

“Pretendendo manter-se em postura crítica diante de fatos, personalidades, correntes de pensamento e passageiras configurações políticas, é compreensível que [a RCB] tenha sido obrigada a suportar as incompreensões e violências com que esse legítimo direito democrático costuma ser enfrentado, em todos os quadrantes, por autoridades que se julguem detentoras da verdade única e inquestionável. (...) Lamentamos a quebra involuntária de periodicidade, mas esclarecemos que o atraso na publicação deste número, que se deve à soma de circunstâncias políticas que têm mantido em sobressalto a Nação e nos obrigaram a diversas modificações estruturais e administrativas, não significa qualquer alteração em nossa linha de conduta”. (RCB, n.5-6, p.3)

Laurence Hallewell, em *O livro no Brasil*, destaca a importância da *Revista* e afirma, sobre a alteração da Direção no número 5-6: “Em outubro de 1965, pressões do governo Castelo Branco obrigaram Ênio Silveira a retirar-se da direção nominal tanto da *Revista* como da editora para evitar que houvesse uma ação oficial direta contra elas. Naquela altura ele já fora preso três vezes”. (HALLEWELL, 1985, p.486) Carlos Nelson Coutinho afirma também que o afastamento de Ênio foi mais para poupar a *Revista* do que para preservar a si próprio. “Ele nunca se preocupou em não se expor”.<sup>9</sup> Para a então ingrata tarefa de se expor e assumir os riscos da direção da editora ofereceu-se, num gesto de extrema generosidade, coragem e dignidade, o historiador Hélio Silva. Ênio Silveira foi grato a ele por toda a vida.

A direção indicada no número 5-6 permanece inalterada até o número 8, de julho de 66. O número 9-10 é lançado apenas em novembro desse ano. A nova quebra de periodicidade não é explicada, mas a alteração na direção sim: M. Cavalcanti Proença falecera, sendo substituído no cargo de diretor responsável por Moacyr Felix. Como secretário, assume o dramaturgo Dias Gomes. O texto

<sup>9</sup> Depoimento de Carlos Nelson Coutinho à autora.

editorial, intitulado “Duas perdas irreparáveis”, lamenta a morte de Proença e também a do compositor Nelson Lins e Barros, responsável pela seção de música da RCB. Diz o texto: “Vivemos em profunda tristeza, nos dias que correm, quando – além do panorama sombrio que nos cerca – somos atingidos, todos nós que participamos da *REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*, por duas perdas irreparáveis (...)”. (RCB, n.9-10, p.3) No mesmo número, um belo texto de Carlos Drummond de Andrade em homenagem a M.Cavalcanti Proença é publicado, bem como um de Sérgio Cabral em homenagem a Nelson Lins e Barros. Até o último número, em dezembro de 68, Moacyr Felix e Dias Gomes permaneceriam como diretor responsável e secretário, respectivamente.

### 4.3.

#### Editoriais

Nem todos os números da *Revista* traziam editoriais, que, quando apareciam, eram sempre bastante diversificados quanto ao tema e à forma. O primeiro editorial, intitulado “Princípios e propósitos”, apresenta a *Revista* e estabelece sua linha ideológica. Por sua importância para a compreensão do periódico como um todo, será aqui analisado em detalhes.

O texto inicia-se com uma breve consideração sobre a História como um processo de contínuo desafio, em que as conseqüentes vitórias ou derrotas levam a novos desafios. Em seguida, passa a colocar uma série de questões sobre a capacidade do povo brasileiro de superar “as forças que se opõem ao desenvolvimento do País, numa linha democrática e independente” e de “abandonar formulações meramente especulativas e, através do estudo objetivo de todas as componentes da realidade nacional, equacionar e depois resolver seus graves problemas”. Como resposta a essas provocadoras indagações, uma categórica afirmação: “Cremos que sim”. E mais: a tarefa de “estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira” recai principalmente sobre os intelectuais. Um princípio básico, porém, deve servir como ponto de união entre todos os estudiosos: o de que “sem liberdade no mais amplo sentido não será possível retirar a Nação e seu povo do limbo em que se encontram”. (RCB, n.1, p.3)

Há uma consideração sobre o golpe de abril e seu impacto no projeto intelectual de superação das dificuldades brasileiras que merece ser destacada, pois aponta, de certa forma, para a relação entre cultura e repressão: “O golpe de abril, sendo mero episódio da crise crônica em que nos encontramos, certamente dificulta, mas por isso mesmo estimula, abre novas perspectivas e torna inadiável a tarefa que lhes cabe [aos intelectuais] executar”. (*Id., ibid.*)

A RCB surge então, com esses propósitos definidos, pretendendo ser o veículo de divulgação sobre os estudos e as pesquisas acerca da realidade nacional e um grande fórum de debates. Ressalva-se que a publicação “fugirá deliberadamente ao gratuito, porque acredita indispensável um alto índice de objetividade aos trabalhos que acolher em suas páginas”. Não se ocupará, portanto, de “*faits divers*”, mas apenas daquilo que tenha conteúdo e sentido e que “se insira no processo da revolução brasileira”. (*Id.*, pp.3-4)

Uma idéia é mencionada várias vezes ao longo do texto: a de que a *Revista* não se prenderá a limitações partidárias ou individualistas, buscando sempre amplitude de visão. Isso é reafirmado sempre com bastante força e clareza: “(...) a *REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA* não será orientada por qualquer partido ou concepção sectária”. (*Id.*, p.4) No entanto, os editores julgaram necessário ressaltar que essa atitude de ampla aceitação e de rejeição ao sectarismo não deve ser tomada como sinal de que se publicarão todos os tipos de pensamento:

“É preciso deixar bem claro que [a *Revista*] não somente repudiará como abertamente combaterá tudo aquilo que admitir como válida ou moralmente correta a presente estrutura sócio-econômica do Brasil, ou entender como inevitável e até mesmo necessária a submissão dos interesses nacionais ao das grandes potências, sejam elas quais forem”. (*Id., ibid.*)

A partir dessa afirmação, passa-se a considerar o espaço a ser dado para as contribuições estrangeiras. Afirma-se que serão acolhidas todas as manifestações e expressões internacionais que “contribuam para a melhoria da condição humana”, sem que isso resulte numa limitação imposta por “um nacionalismo sentimentalóide e estreito”. O editorial aproveita para criticar mais uma vez os rumos da política nacional, afirmando que a *Revista* “por certo não cairá nos esquemas geopolíticos, nos planejamentos estratégicos continentais que o *State*

*Department* e o Pentágono idealizam e que certas figuras da política nacional executam”. (*Id., ibid.*)

Encerrando o texto, uma última reafirmação do princípio de abertura e liberdade, e uma mensagem de esperança:

“Não nos fixaremos, portanto, em posições ou postulações herméticas. Há um mundo em movimento em torno de nós, o futuro se nos afigura auspicioso e queremos participar desse estado dinâmico e alcançar dias melhores para o Brasil e a humanidade”. (*Id., ibid.*)

Pode-se, portanto, resumir a orientação da RCB em dois princípios básicos e em um propósito principal: os princípios de liberdade – ou democracia – e de crença num futuro melhor e o propósito de ser um espaço para o estudo e o debate profundo das questões brasileiras, sempre voltados para a superação das desigualdades sociais e do atraso em que o País se encontrava – e se encontra ainda hoje. De fato, ao longo de todos os números se poderá observar a coerência mantida em relação a essas postulações iniciais.

O segundo número da *Revista* traz, em lugar do editorial, a reprodução de uma entrevista concedida pelo marechal Henrique Teixeira Lott ao *Correio da Manhã*. Uma pequena nota introdutória explica que o texto preparado pela Direção para abrir o volume – em que se manifestava “o júbilo pela extraordinária acolhida que teve nossa *Revista* em todo o País”, tendo a primeira edição, com tiragem de 10 mil exemplares, se esgotado em apenas 25 dias, como já foi dito aqui – foi substituído pela entrevista do marechal Lott por ser ela “uma síntese precisa de tudo aquilo que desejaríamos dizer”. E o que diz Lott, ou pelo menos o tom geral do que ele afirma, está de certa forma resumido no parágrafo inicial de sua fala:

“Só é legal o Poder que emana do povo e que em seu nome é exercido; a autoridade não será legítima se não se basear nesse princípio. É por esse motivo que as ditaduras só se mantêm pela violência e pela corrupção. A mais frágil das ditaduras é, exatamente, a ditadura militar porque de um lado contribui para impopularizar as Forças Armadas e de outro as contamina com o micróbio da corrupção”. (RCB, n.2, p.3)

Mais adiante, quase ao final da entrevista, afirma:

“Não é compreensível falar-se em Democracia sem plena liberdade de reunião, de pensamento e de imprensa, sem liberdade sindical, sem liberdade de cátedra, sem liberdade nas universidades e nas organizações estudantis”. (*Id.*, p.4)

Com isso, pode-se dizer que os dois primeiros números da *Revista* abrem seus volumes com manifestações abertamente contrárias ao regime instalado pelo Golpe de 64. O mesmo tom, evidentemente, se manterá nos artigos que os compõem. Nos números 3 e 4, no entanto, essa oposição ao governo militar se fará de forma ainda mais direta: o editor da *Revista* – e dono da Editora Civilização Brasileira – Ênio Silveira dirige-se diretamente ao presidente Castello Branco em suas duas famosas “Epístolas ao marechal”, a primeira intitulada “Sobre o ‘Delito de opinião’”, e a segunda, “Sobre a vara de marmelo”. Com uma linguagem fina e irônica, Ênio começa sua primeira carta mencionando o livro *The Presidential Papers*, do escritor americano Norman Mailer. Nele, Mailer reuniu as cartas que ele mesmo escrevera ao Presidente John F. Kennedy e que publicara nas revistas com as quais colaborava. Nessa correspondência unilateral, Mailer analisava e desenvolvia temas os mais variados: de política externa (com uma crítica à invasão de Cuba e ao vergonhoso episódio da Baía de los Cochinos) a delinqüência juvenil nos Estados Unidos, passando inclusive pelo campeonato mundial de boxe. A premissa de que parte Mailer – e de que Ênio Silveira se apropria – é a de que “o exercício de um mandato presidencial freqüentemente aliena da realidade do dia-a-dia quem dele se desincumba”, (RCB, n.3, p.3) e que essa visão externa e desinteressada pode ser muito útil para a tomada de decisões importantes.

Foi a partir da leitura do livro de Mailer que Ênio teve duas idéias: primeiro, a de editar o livro em português (o que fez em 1966); segundo, a de fazer o mesmo que o norte-americano, e passar a estabelecer uma correspondência “igualmente unilateral, igualmente voluntária, igualmente audaciosa” com o Presidente. Ênio pede desculpas pelo tratamento pouco protocolar, mas justifica-o pelo desejo de estabelecer “um tom menos rígido, menos palaciano, mais coloquial, de cidadão para cidadão”. É preciso esclarecer que Ênio não omite um detalhe importante: só tivera chance de ler o livro de Mailer poucas semanas antes, quando se encontrava preso “por obra e graça do Cel. Intendente Gerson de Pina” no Quartel do I Batalhão da polícia do Exército, no Rio de Janeiro. Ênio

segue com sua sutil ironia ao afirmar que hoje tem a impressão – que antes não tinha – “de que o Senhor deseja – como eu – a felicidade da Pátria”. No entanto, não compreende por que o Presidente parece ser um adepto do monólogo. Reconhece que dificilmente o marechal encontrará tempo ou interesse para lê-lo, ele que é “hoje um dos 486 brasileiros que o seu governo considera indesejáveis para o trato público da coisa pública”. “Além disso, o Senhor poderia argumentar que eu não sou Norman Mailer; mas o Senhor também não é John Fitzgerald Kennedy (...)”. (*Id.*, p.4) Ênio reafirma então seu desejo de escrever, mesmo que não seja lido, ao menos para fazer uma catarse. E essa catarse se inicia com uma auto-apresentação, uma espécie de resumo biográfico. A opção por essa estratégia justifica-se por lhe parecer

“(...) perfeitamente normal que o Senhor não tenha a mínima idéia de quem – ou do que – eu seja. Tomo, por isso, liberdade de lhe dar um breve retrato pessoal, cuja utilidade adiante se verá, e que, caso lhe falte outro destino, poderá completar as fichas do Conselho de Segurança Nacional e do SNI”. (*Id.*, p.5)

De sua trajetória pessoal, Ênio passa a uma consideração da situação política e social do país, fazendo uma sucinta mas aguda análise das conjunturas que levaram ao Golpe. No caminho, faz uma espécie de autocrítica a respeito da atuação da esquerda no contexto pré-64. Por fim, chega ao ponto principal da epístola: a liberdade de expressão. Afirma que, por mais contraditório que tenha sido o governo de João Goulart, pelo menos um ponto brilhante há de ficar para a história: o de que foi um dos períodos em que o país experimentou maior liberdade de opinião. Questiona então diretamente o Presidente:

“Gostaria que o Senhor se perguntasse, com a firmeza de atitudes que dizem ser característica marcante de seu temperamento, se os historiadores isentos, no futuro, poderão ter conceito semelhante quando se dedicarem à análise do seu governo (...). Por melhores que sejam suas intenções pessoais, Senhor Marechal, por mais que lhe pareçam inevitáveis alguns momentos de violência no curso de uma ‘revolução’ (não sei porque é que insistem em denominar assim, de modo sociologicamente incorreto, o movimento insurrecional vitorioso em 1º de abril), sua honestidade intrínseca não lhe permitirá esperar resposta afirmativa àquela pergunta”. (*Id.*, p.8)

Ênio lista então uma série de violências que continuam a ser praticadas, um ano e quatro meses após o Golpe: prisões, inquéritos intermináveis, apreensões de livros etc. Todos motivados pelo que se convencionou chamar, indistintamente, de “delitos de opinião” ou de crime de subversão. E esclarece o que é um subversivo naquele contexto político: “*Subversivo* é quem deseja a modificação pacífica da estrutura sócio-econômica nacional; *subversivo* é quem tenha defendido um governo legitimamente constituído, que *não-subversivos* derrubaram (...)”. (*Id.*, p.9) Depois de apontar mais contradições e violências do novo regime, Ênio conclui:

“O chamado ‘delito de opinião’, Senhor Marechal, é o crime que devemos todos praticar diariamente, sejam quais forem os riscos. Se deixarmos de ser ‘criminosos’, nesse campo, seremos inocentes... e carneiros. Pedindo-lhe desculpas por ter abusado de seu tempo e de sua paciência, Senhor Marechal, subscrevo-me, Atenciosamente, Ênio Silveira”. (*Id.*, p.11)

A epístola seguinte, no número 4 da *Revista*, intitula-se “Sobre a vara de marmelo”. Nela, Ênio retoma a linha iniciada na carta anterior. Faz uma nova análise do Golpe, a que se acrescentam considerações sobre as contradições internas das Forças Armadas e sobre a falta de posição ideológica da maioria dos indivíduos que as compõem. Critica o tom do discurso proferido pelo Presidente, em que este afirma, a respeito das eleições estaduais que se aproximam, que “jamais admitiremos que qualquer parcela do poder seja usada para fins inconfessáveis e capazes de comprometer a continuidade da Revolução”. (RCB, n.4, p.5) Esse trecho, diz Ênio, revela o acordo tácito feito entre o governos e as cúpulas partidárias: “brinquem à vontade, meninos, mas não perturbem o sono de Sua Excelência”. (*Id.*, *ibid.*) Ênio destaca ainda a pressão exercida pelos grupos de extrema direita sobre as decisões presidenciais, e o quanto isso é prejudicial para a Nação. Depois de considerar o papel das Forças Armadas, passa a analisar as estratégias econômicas de submissão ao imperialismo norte-americano, e é duro ao chamar a atenção do marechal para a responsabilidade que tem nas mãos:

“A História irá julgar aqueles que, como o Senhor, tiveram nas mãos uma imensa parcela de responsabilidade pelo encaminhamento (ou desencaminhamento) dos interesses de todo um povo. (...) Ainda há possibilidade de o Senhor deixar de lado a vara de marmelo e os preconceitos e (...) estender as mãos aos verdadeiros representantes do povo

brasileiro para esse trabalho de recuperação nacional que não pode ser adiado nem mais um minuto e requer o devotamento de todos, acima de paixões e rancores”. (*Id.*, p.8)

O editorial do número 5-6, como já foi dito, traz duas notas da Direção. A primeira, mais longa, reafirma os princípios e propósitos da *Revista* diante dos ataques que tem sofrido e menciona a expressiva quantidade de 20 mil exemplares vendidos. A segunda, bastante curta, trata de mais um episódio do debate acerca da série *História Nova do Brasil* travado nas páginas da *Revista*. Constata o recebimento de uma carta do Prof. Américo Jacobina Lacombe endereçada à Direção da RCB. A carta é uma resposta ao artigo de Nelson Werneck Sodré publicado no número 4. A nota, porém, afirma que por falta de espaço o texto de Lacombe será publicado em outro número da *Revista*. De fato, essa publicação acontece no número 8.<sup>10</sup>

Os dois números seguintes, o 7 e o 8, não apresentam editoriais. No número 9-10, como já se disse, o editorial é dedicado a M. Cavalcanti Proença e Nelson Lins e Barros, que haviam falecido. O número 11-12 não traz propriamente um editorial, mas sim um texto não-assinado intitulado “O trono de Macbeth”. Nele, faz-se uma análise do Golpe de abril, de suas causas e conseqüências, e apontam-se os caminhos possíveis que se abrem diante do segundo marechal a assumir a Presidência. Iniciando-se com a epígrafe “*Fear not, till the Birman Wood do come to Dunsinane!*”, o texto conclui:

“Se a situação que vivemos nos traz à lembrança a história de Macbeth, é bom não esquecer que a profecia das bruxas foi cumprida até o fim: *as florestas de Birman acabaram chegando a Dunsinane*. Ao longo da história, o povo acaba sempre derrubando o muro de todos os castelos que se transformaram em Bastilhas”. (RCB, n.11-12, p.10)

O número 13 traz o editorial “Dois anos de RCB”, em que se faz um balanço da publicação. Reafirmando a importância de lutar constantemente pela verdade, sem a qual “a função do intelectual perde sua capacidade criadora e desce ao nível dos atos em que o homem avilta em si a humanidade inteira”, a Direção reconhece que houve “tropeços, dúvidas e erros” ao longo do caminho. (RCB, n.13, p.3) Seu constante alento, porém, foi “o manifesto apoio das camadas

<sup>10</sup> Os detalhes do debate a respeito da série *História Nova do Brasil* são apresentados na seção intitulada “Histórias da História Nova”, mais adiante.

sociais mais lúcidas do nosso País”, o que se comprova pela excepcional tiragem e pela repercussão nacional e internacional da *Revista*. Por fim, reafirmando os princípios de abertura e de não-sectarismo, encerra:

“(...) nossa finalidade maior, aquela que fundamentalmente nos justifica, é a de nos esforçarmos em ser uma publicação para todas as expressões do pensamento em que se representam verdadeiramente as forças vivas da atual História brasileira, aquelas que ora lutam por uma real emancipação econômica e cultural do nosso povo, e por sua integração, como destino soberanamente assumido, numa humanidade que busca libertar-se cada vez mais de todos os sistemas de opressão ou de exploração do homem pelo homem”. (*Id.*, p.4)

Esse é o último editorial publicado nos volumes regulares. Os números seguintes contarão com algumas matérias não-assinadas: textos ou documentos de responsabilidade da Direção, que já haviam aparecido nos números anteriores e que serão comentados brevemente a seguir. Antes, porém, um breve mas importante comentário sobre os Cadernos Especiais lançados pela RCB.

#### 4.4.

#### **Cadernos Especiais**

Foram três os Cadernos Especiais lançados pela RCB, todos sob a direção de Moacyr Felix e Dias Gomes. O primeiro, de novembro de 1967, é inteiramente dedicado à análise dos cinquenta anos da Revolução Russa. Traz uma apresentação em que se afirma a intenção dos Cadernos Especiais: analisar monograficamente temas e problemas da atualidade brasileira e internacional. Mais uma vez, são reafirmados os princípios de independência intelectual e de busca da verdade. E se anunciam os temas dos próximos números especiais: “Teatro e realidade brasileira” e “Função e responsabilidade do intelectual no mundo moderno”. Por fim, a Direção agradece a Cid Silveira e a Luís Mário Gazzaneo, responsáveis pela coordenação e por valiosas colaborações na edição do primeiro número especial. Dos inúmeros intelectuais cujas reflexões foram incluídas nesse número, destacam-se, dentre os estrangeiros, Isaac Deutscher, Roger Garaudy, Georg Lukács, Leon Trotski e Lênin. Dentre os brasileiros, o

jovem marxista Carlos Nelson Coutinho e o histórico comunista Astrojildo Pereira.

O segundo número, tratando do teatro brasileiro, sai em julho de 1968. A nota de abertura apresenta o volume e seu objetivo de traçar um panorama do novo teatro como parte “refletida e refletora de nossa realidade”, e já adverte para o grande número de polêmicas que os artigos contêm, pela diversidade de visão de alguns articulistas e entrevistados. Participam dessa grande discussão, expondo as mais diversas e por vezes contraditórias opiniões, personalidades do mundo artístico e teatral como Dias Gomes, Luiz Carlos Maciel, Oduvaldo Vianna Filho, Anatol Rosenfeld, Flávio Rangel, Cacilda Becker, Tite de Lemos, Ferreira Gullar e Augusto Boal.

O terceiro Caderno Especial, de setembro de 1968, no entanto, não segue o tema inicialmente planejado e exposto na nota de abertura do número 1. As circunstâncias históricas o forçam a abordar um assunto mais premente: a invasão da Tchecoslováquia ocorrida no mês anterior. A nota de abertura afirma que a *Revista* não tem “a pretensão nem a possibilidade de fazer a cobertura jornalística desse processo político em pleno desenvolvimento que é a crise deflagrada pelos eventos na Tchecoslováquia”, (RCB, Caderno Especial n.2, p.3) mas deseja contribuir de forma crítica e consciente para a discussão do acontecimento. “Assim, depois de fixar sua posição no editorial, oferece à leitura de todos os progressistas brasileiros um documentário que lhes permitirá estudar em profundidade as origens dessa crise e meditar sobre suas conseqüências (...)”. (*Id.*, *ibid.*) A posição fixada pela Direção no editorial intitulado “A crise no mundo socialista” deixa claro seu repúdio à ocupação soviética, e indica que esse fato apenas contribuirá para o agravamento da crise que já se percebia nos países socialistas. Um farto documentário, incluindo manifestos e relatos sobre as condições de vida – políticas, econômicas, sociais e culturais – na Tchecoslováquia e no mundo socialista como um todo, faz desse Caderno Especial um importante retrato histórico sobre os acontecimentos internacionais de agosto. A publicação desse número provocou um grande descontentamento no Partido Comunista Brasileiro, o que levou o Comitê a interpelar o editor Ênio Silveira. Sempre fiel a sua máxima de não submeter a editora a nenhum tipo de pressão ideológica, entre retratar-se ou reafirmar os princípios nos quais acreditava, optou por desligar-se oficialmente do Partido.

O número prometido sobre a função e a responsabilidade dos intelectuais no mundo moderno acaba nunca sendo realizado.

#### 4.5.

##### **Matérias não-assinadas**

Quase todos os números da *Revista* trazem matérias não-assinadas, e seria cansativo abordá-las aqui individualmente. Vale, porém, um comentário geral, com destaque para algumas delas. No número 1, fazem um balanço das “Condições e perspectivas da política brasileira”, da política externa independente e do terrorismo cultural, além de comentar um editorial d’*O Estado de São Paulo* que demonstra o ultraconservadorismo daquele jornal.

No número 2, além da já citada reprodução da entrevista concedida pelo marechal Lott ao *Correio da Manhã*, há uma análise sobre o plano econômico do governo e seu impacto sobre a indústria nacional. No número 3 é publicado um manifesto de professores americanos contra a invasão de São Domingos pelo exército dos Estados Unidos, além de um artigo intitulado “Investigações e debates sobre um ‘delito de opinião’”, em que se transcreve um ofício expedido contra a Editora Civilização Brasileira por um Inquérito Policial-Militar instaurado para investigar a atuação da empresa. Ao ofício, segue-se uma vasta documentação, assim apresentada pela RCB:

“Por se tratar de documentação curiosa, ilustrativa da fase tragicômica por que vem passando a vida brasileira a partir do golpe de 1º de abril, transcrevemos a seguir o despacho do Juiz Antônio de Castro Assumpção (...), o recurso do Promotor Sérgio Demoro Hamilton, o despacho do Procurador-Geral do Estado da Guanabara (...) e – finalmente – as razões do advogado Heleno Cláudio Fragoso interpostas no recurso criminal submetido ao Supremo Tribunal Federal”. (RCB, n.3, p.323)

Ainda na linha de “Documentário”, a *Revista* traz uma seleção de artigos publicados em diversos jornais a respeito da prisão do editor Ênio Silveira no caso que ficou conhecido como “IPM da Feijoada”. A eles acrescenta-se um manifesto assinado por 600 intelectuais pedindo a libertação do editor e o pedido de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Heleno Fragoso.

A partir do número 4, os documentos jurídicos serão apresentados em uma nova seção, especialmente dedicada ao Direito e apresentada por Cândido de Oliveira Neto, que ocupara a pasta da Justiça no governo Goulart. Em seu texto inicial, o advogado afirma estar a vida jurídica do Brasil “com febre de 40 graus, à beira do delírio”. (RCB, n.4, p.357) E explica que a seção será dedicada a realçar trabalhos de grandes advogados em favor de causas públicas e terá como ponto de honra a defesa, “o mais intransigente possível”, do Supremo Tribunal Federal. Ali serão publicados mandados de segurança, despachos, pareceres e certidões relativos às causas de liberdade de expressão, tais como o acórdão unânime do STF em favor do editor Ênio Silveira (n.7), a apelação do advogado Nelson Hungria da sentença contra Carlos Heitor Cony (n.8) e o mandado de segurança impetrado pela Editora Civilização Brasileira contra o Departamento Federal de Segurança Pública (n.7).

Inúmeras matérias não-assinadas são reproduções de artigos ou documentos estrangeiros que adquirem relevância diante da instabilidade do quadro político e econômico internacional. Além do já citado manifesto de professores americanos contra a invasão de São Domingos (n.3), há também um manifesto do Comitê do Dia do Vietnã, que reúne estudantes e professores dos Estados Unidos em uma organização contrária à intervenção norte-americana no sudeste asiático (n.4); uma carta do presidente da República Democrática do Vietnã, Ho Chi Min, em agradecimento ao apoio manifestado pelo cientista norte-americano Linus Pauling e por oito detentores do Prêmio Nobel da Paz à causa da pacificação (n.5-6); uma carta do professor americano Warren Ambrose, que presenciou a invasão policial à Universidade de Buenos Aires, experimentando pessoalmente a violência e a brutalidade dos regimes autoritários na América Latina (n.11-12); a reprodução de um colóquio publicado pela revista francesa *Democratie Nouvelle* sobre a revolução na China (n.13); a reprodução de um artigo publicado no jornal *Granma*, de Havana, sobre o movimento negro nos Estados Unidos (n.18), além de inúmeros outros artigos sobre a Guerra do Vietnã, questões soviéticas e outros assuntos que dominavam o cenário internacional.

Dentre as matérias não-assinadas que tratam de assuntos nacionais, deve-se destacar o questionário proposto pela RCB a personalidades da vida pública nacional (n.7, de maio de 1966), em que nomes como o dos governadores Magalhães Pinto (de Minas Gerais), João Agripino (da Paraíba) e Adhemar de

Barros (de São Paulo), dos generais Mourão Filho, Pery Bevilacqua e Cordeiro de Farias, do senador Daniel Krieger, dos deputados Saturnino Braga e Adauto Cardoso e do marechal Eurico Gaspar Dutra, dentre outros, respondiam a quinze perguntas bastante provocadoras sobre o quadro geral da política brasileira. A primeira delas, apenas para que se tenha noção do tom que orientava o questionário, era a seguinte: “Considerando a vigência dos Atos Institucionais, caracteriza como democrático o regime vigente no Brasil?” (RCB, n.7, p.17) Outras versavam sobre o rumo das eleições indiretas, a política externa, o papel das Forças Armadas, a censura e o movimento estudantil, sempre no mesmo tom direto e franco, quase agressivo. A lista das personalidades a quem se remeteu o questionário é precedida pela reprodução da carta assinada pelo diretor da RCB, na época o professor M. Cavalcanti Proença, enviada a cada uma delas. Nela, o diretor explica as razões que levaram a *Revista* a formular o questionário, sendo a principal delas o desejo de “esclarecer nosso povo sobre o que se passa nesta hora incerta, a fim de que ele possa marchar com quem ou com aquilo que mais de perto estejam em sintonia com seus legítimos reclamos”. (*Id.*, pp.15-16) Evidentemente, não se poderia examinar aqui todas as respostas. A do marechal Gaspar Dutra, porém, merece ser citada pelo que revela em sua estratégia de nada revelar: em carta endereçada ao diretor da RCB, o marechal louva o empreendimento democrático mas reconhece que deve, entretanto,

“dizer que uma longa vida pública e as atitudes francas e positivas por mim sempre assumidas, no passado e no presente, autorizam-me a dispensar-me de considerar, explicitamente, cada uma daquelas perguntas, todas de antemão respondidas pela posição que sempre mantive como cidadão e como soldado”. (*Id.*, p.19)

O leitor que se lembrar das medidas de Dutra como ministro da Guerra durante o Estado Novo e, mais tarde, como Presidente (1946-1951) – dentre as quais se inclui o fechamento do PCB e o rompimento das relações democráticas com a União Soviética, num alinhamento total com os interesses norte-americanos –, certamente poderá imaginar quais seriam as respostas do marechal. Outro que se exime de responder ao questionário é o governador Magalhães Pinto, que afirma estar, naquele momento, apenas examinando a situação, “para ter uma idéia exata do que ocorre em nosso País”. E completa: “prefiro estar

discretamente no meu canto, de onde procuro examinar os acontecimentos com isenção (...)”. (*Id.*, p.53)

Para compreender a primeira pergunta do questionário, mencionada acima, acerca da “vigência dos Atos Institucionais”, é preciso lembrar que o AI-2 havia sido editado em outubro de 1965 e o AI-3 em fevereiro de 1966. A RCB de março de 1966 (n.5-6) formulou importantes considerações sobre esses Atos. O artigo intitulado “O problema da sucessão” tratava da questão das eleições indiretas para a Presidência estipuladas pelo Ato de outubro. (Deve-se ter em mente que, em 1965, o último número da *Revista* saiu em setembro, antes, portanto, da edição do AI-2). E ressaltava a preocupação formal do governo em manter as aparências de democracia. Na realidade, porém, a extinção dos partidos políticos e a recusa em permitir as eleições diretas apontavam para outros caminhos. A necessidade de continuar mantendo uma aparência democrática decorreria da “consciência de que acabaremos por retornar à normalidade”. (RCB, n.5-6, p.7) Essa consciência preocuparia os encarregados da sucessão pois todos

“responderão, amanhã, diante da consulta popular, pelas suas posições de hoje. Se fosse possível eleições sem eleitorado (...), tudo teria acerto. Mas aí acabaria a possibilidade de obedecer ao formalismo democrático. Seria declarar, positivamente, que o povo nada tem a ver com o poder e com a escolha de seus detentores. Isso é possível por algum tempo – não é possível para sempre”. (*Id.*, *ibid.*)

Uma nota ao final do artigo esclarece que o texto já estava pronto quando foi editado o AI-3, mas que esse novo Ato não altera nem invalida a análise ali feita, apenas comprova a hipótese da opção pelo aberto autoritarismo: “o poder majestático escolheu o caminho de negar, ostensivamente, a consulta popular – e caracterizou-se a si próprio”. (*Id.*, p.8)

Os dois Atos são reproduzidos na íntegra ao final do volume. Uma inteligente estratégia é empregada para ressaltar suas características autoritárias e antidemocráticas: a publicação, em páginas que antecedem imediatamente a reprodução dos Atos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da lei que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Brasil, de março de 1964, assinada pelo presidente João Goulart. O efeito que se cria através dessa aproximação é de uma estranha e incômoda ironia. Os artigos XX e XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo, estabelecem que todo

homem “tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas” e de “tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”. (*Id.*, p.346) O AI-2, por outro lado, no artigo 15, permite ao Presidente da República suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos por um prazo de dez anos, bem como cassar mandatos legislativos federais, estaduais ou municipais. (*Id.*, p.359) A Declaração Universal assegura ainda que “a vontade do povo será a base para a autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto”. (*Id.*, p.347) O AI-3, porém, em seu primeiro artigo, estabelece que as eleições estaduais se darão de forma indireta, através das Assembléias Legislativas, “em sessão pública e votação nominal”. (*Id.*, p.368) Com isso, fica patente o desrespeito à Declaração Universal que faz parte das bases da ONU e da qual o Brasil é signatário.

Outro desrespeito patente aos direitos humanos foi a violência cometida pela polícia contra os estudantes que se reuniam em assembléia pacífica na Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, no dia 23 de setembro de 1966. Estranhamente,<sup>11</sup> é na RCB de número 8, de julho desse mesmo ano, que se publica a carta anônima da mãe de uma estudante envolvida no confronto com a polícia. Com medo de se identificar, a remetente da carta, que fora às portas da faculdade para dar apoio à filha “sem jamais pensar em dissuadi-la (...), por julgar a causa estudantil absolutamente justa”, (RCB, n.8, p.309) relata seu horror diante da chegada de cada vez mais tropas fortemente armadas. Entre palavrões e ameaças de “arrebentar esses filhinhos de papai rico, que estão lá dentro bem aquecidos e alimentados”, (*Id.*, p.310) os policiais militares cercaram a faculdade naquela madrugada. Os quase mil policiais preparavam-se para uma guerra, quando na realidade o que enfrentariam era um grupo de seiscentos jovens desarmados, sendo quase metade deles moças. Apesar da tentativa dos mediadores de encontrar uma saída pacífica para o impasse, os soldados invadiram a faculdade e espancaram os estudantes, diante da visão aterrorizada de seus pais. O relato dessa mãe que viveu horas de angústia diante da barbárie é forte e comovente, e expõe a covardia de um sistema que só sabia se impor pela violência.

---

<sup>11</sup> O fato de um evento ocorrido em setembro ser comentado na edição de julho do mesmo ano não é explicado. Pode-se atribuir a atrasos na publicação ou a outros problemas de periodicidade.

#### 4.6.

##### **História da *História Nova***

Outro tipo de violência usado pelo novo sistema para se impor foi, como já se disse, a apreensão de livros, na maioria das vezes sem qualquer justificativa. Um desses casos de perseguição – aos livros e a seus autores – foi o que se abateu sobre a coleção *História Nova do Brasil*. Sob a coordenação de Nelson Werneck Sodré, os jovens professores Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Melo, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes – alguns deles recém-formados – produziram uma coleção didática que abordava os fatos históricos sob uma nova perspectiva. Nas palavras do próprio Sodré, o objetivo era

“(…) proporcionar aos professores de nível médio (...) textos que lhes permitissem fugir à rotina dos compêndios didáticos adotados, ampliando as perspectivas da História e proporcionando, mais do que conhecimentos, um método capaz de, ainda no nível médio, mostrar aos jovens as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos (...)”. (RCB, n.3, p.30)

Em março de 1964 o Ministério da Educação e Cultura do governo João Goulart publicou os primeiros cinco números. Outros três estavam em fase de composição, e mais dois estavam ainda sendo escritos. Após o Golpe, porém, os livros foram acusados de conter idéias sectárias e subversivas e de estarem a serviço da propagação do comunismo. Os livros foram apreendidos e os autores presos para responderem a inquérito.

A RCB deu um espaço privilegiado em suas páginas para a exposição desse caso e para o debate que daí surgiu. O primeiro artigo a tratar do tema foi o de Nelson Werneck Sodré, publicado no número 3, intitulado “História da *História Nova*”. Nele, o historiador afirma que “o poder de coação deriva da clandestinidade com que se exerce”. (RCB, n.3, p.27) Por isso a necessidade de “mostrar os bastidores da coação e do terrorismo”. (*Id.*, *ibid.*) Segundo ele, “os IPM em curso não resistem à luz do público”, e desnudá-los seria destruí-los. Com essa intenção, passa a relatar brevemente as atividades do ISEB, órgão em que a coleção foi idealizada e produzida. Em seguida, destaca o papel da imprensa e dos supostos analistas dos volumes da *História Nova*, decisivo para que a

coleção fosse tachada como um veículo de divulgação das idéias comunistas. Possivelmente, pouquíssimos dos que criticavam haviam de fato lido as obras. Tratava-se da utilização da “conhecida e rotineira técnica nazista de repetir tantas vezes a mentira que ela acabe passando por verdade”. (*Id.*, p.31) Dentre as mentiras que se divulgavam, uma em especial foi propagada nos quartéis, ajudando a acirrar os ânimos dos militares contra a publicação: a de que os livros ultrajavam a figura de Duque de Caxias e infamavam as tradições do Exército.

Sodré foi preso no fim de maio sem qualquer acusação formal, e foi liberado – também sem explicação – em fins de julho. Dentre os inúmeros interrogatórios a que foi submetido, muitos tratavam do “caso *História Nova*”. Já em liberdade, voltou a dedicar-se a suas atividades como escritor. Seus colegas, co-autores da polêmica coleção, porém, estavam em situação muito difícil, agravada pela suspensão dos direitos autorais relativos à obra. Conseguiram então que uma editora particular – a Brasiliense, de São Paulo – a publicasse. Embora se soubesse que não se tratava de uma obra perfeita – os próprios autores reconheciam isso no prefácio, solicitando a contribuição crítica dos leitores para o seu aperfeiçoamento em edições posteriores – os livros vendiam bem. É provável que parte dessa venda fosse estimulada pelo escândalo que envolvia os títulos. Quando a edição estava próxima de se esgotar, os livros foram novamente apreendidos. O mandado de busca e apreensão, assinado pelo coronel Gerson de Pina, mostrava que se havia esquecido que os livros “não tratavam das Ligas Camponesas, dos Grupos de Onze, do CGT, mas da descoberta do Brasil, da expansão açucareira, da Abolição (...)”. (*Id.*, p.35)

Já se estava então em março de 1965, quando as forças da direita radical exigiam o endurecimento do regime. No mês de maio, um dos co-autores da coleção, Maurício Martins de Melo, foi chamado a depor no IPM do ISEB. Não voltou para casa; seus pais e seu advogado não tiveram acesso a ele, e sequer foram informados do local onde se encontrava preso. Caracterizava-se uma espécie de seqüestro, pela qual passaram também Pedro Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos. Por sua obra ‘subversiva’, esses historiadores foram submetidos às brutalidades e à violência policial. Sodré relata, ainda nesse primeiro artigo publicado na RCB sobre o tema, as circunstâncias em que foi tomado o depoimento de Maurício Martins de Melo. Levado para uma sala onde se encontravam o major Bonecker, responsável pelo inquérito, o escrivão e um

homem não identificado, alto e forte em seus trajes esportivos, Maurício ouviu do major: “Maurício, este é o Maciste. A especialidade dele é o ‘telefone’. Você sabe o que é ‘telefone’, não sabe?”. (*Id.*, p.39) Em seguida, o acusado teve de assistir ao major ditando para o escrivão as perguntas e as respostas do suposto interrogatório. Os três presos, diz Nelson Werneck Sodré, perderam peso espantosamente, são mantidos separados e incomunicáveis por longos períodos e sofrem todo tipo de violência e humilhação. Finalizando esse primeiro relato dos episódios da história da *História Nova*, diz Sodré:

“O que está em jogo não é a minha pessoa, nem mesmo os efeitos que, sobre a minha família, a ‘guerra psicológica’ possa ter causado. O que está em jogo não é mesmo a sorte de três jovens professores cujo crime foi ter escrito comigo uma *História Nova do Brasil*. O que está em jogo é a sorte da cultura brasileira. Antes de terminar, um depoimento pessoal: a intelectualidade e as demais camadas do povo brasileiro não julguem o Exército por alguns encarregados de IPMs e por indivíduos que se fazem passar por oficiais. Acontece que sou militar e conheço a minha gente: os soldados do Brasil, os autênticos, estão tão envergonhados disso tudo quanto o nosso povo. É claro que esta narrativa vai continuar”. (*Id.*, p.40)

E continua: no número seguinte da *Revista*, Sodré continua o relato no artigo intitulado “História da *História Nova* (II)”. Nele, trata ainda da prisão de três co-autores da coleção, e da veiculação, através da imprensa, da notícia de que os acusados seriam mantidos na prisão até que seu “mentor espiritual”, o próprio Sodré, se apresentasse para depor. No entanto, Sodré não recebeu, em momento algum, intimação para comparecer novamente diante das autoridades responsáveis por esse IPM. E menciona ainda a afirmação do major Bonecker de que pretendia conseguir informações importantes dos presos empregando o que ele mesmo chamou de “tratamento psicológico”. Esses dois “aspectos novos da arbitrariedade” são comentados por Sodré:

“No que diz respeito àquele [o condicionamento da libertação dos professores presos a seu depoimento], só me restava esclarecer o óbvio: que estava pronto a depor, à disposição de quem pretendesse ouvir-me. Condicionar a libertação dos professores ao meu depoimento e não tomar esse depoimento foi, entretanto, o que os responsáveis fizeram. (...) Quanto ao segundo aspecto, o do ‘tratamento psicológico’ para conseguir ‘informações altamente comprometedoras’ a meu respeito, começaram a surgir e circular, realmente, boatos inquietantes”. (RCB, n.4, pp.71-72)

Sodré menciona então as cartas que os presos conseguiram fazer chegar ao *Correio da Manhã* e que, publicadas por aquele jornal, revelam as torturas a que estavam sendo submetidos. Evidentemente, fontes do Exército posteriormente desmentiram o conteúdo das cartas, alegando que continham inúmeras mentiras destinadas a comover a opinião pública. Por fim, após a colocação de todos os empecilhos possíveis para retardar o julgamento dos *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal, os três professores foram soltos. Pouco depois, porém, foram novamente intimados a depor, sem que fosse permitido a seus advogados acompanhá-los. Depois disso, dois deles escolheram o exílio. Para Sodré, “o que importa destacar, nessa longa novela, é o fato de ter sido apreendido um livro, de terem sido presos cidadãos por terem escrito esse livro; de ser o fato de escrever um livro tido como crime e objeto de apuração através de Inquérito Policial Militar”. (*Id.*, p.77)

Entretanto, esse segundo artigo de Sodré traz ainda o que ele chama de “resposta a uma infâmia”. (*Id.*, p.78) Trata-se de um extenso e minucioso comentário a respeito do parecer de que foi relator o professor Américo Jacobina Lacombe. Esse parecer, publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, afirmava que a *História Nova*, “além de deformar a mentalidade juvenil com conceitos errôneos e falsos, abomina e despreza tudo quanto aprendemos na maneira de interpretar a História. Amesquinha o culto cívico e deslustra os mais memoráveis fatos da nacionalidade”. (*Id.*, p.79) Sodré acusa Lacombe de mentir e de distorcer fatos e trechos dos livros. E ironiza o trabalho do relator, agradecendo-lhe por ter atendido ao pedido feito pelos autores no prefácio: Lacombe, com sua “penosa exegese” da obra, apontou falhas e deslizes que devem ser corrigidos em próximas edições.

Antes de finalizar, Sodré avalia a repercussão da *História Nova* com bastante lucidez:

“Os autores da *História Nova* sabiam, ao escrevê-la, que seriam combatidos pela historiografia oficial e particularmente pela cátedra universitária (...). Esqueceram apenas uma coisa: chocar-se-iam também com o negócio do livro didático, uma das mais antigas, articuladas e superadas organizações existentes no país. Pisamos, realmente, em calos demais, e estamos pagando por isso”. (*Id.*, p.82)

Os parágrafos finais de Sodré são emocionantes pelo que têm de humildade e de autocrítica. Pede perdão a seus leitores pelo tom exaltado e panfletário que foi obrigado a adotar, tão distante do que lhe é habitual. Afirma que valoriza a crítica e a divergência, mas que se sentiu ferido pela infâmia e pela covardia do parecer de Lacombe:

“No momento em que autores de uma obra, boa ou má, conhecem o exílio, a prisão, os IPMs, as campanhas maciças de descrédito, vivem [*sic*] professores, escritores, intelectuais contra eles, é que me parece o essencial do problema. (...) O que me desconcerta é ter de me envergonhar por eles. Lacombe escreveu sua infâmia numa revista lida por trinta pessoas; eu lhe respondo em outra lida por cem mil pessoas. Não voltarei, pois, ao assunto”. (Id., p.83)

Um pouco adiante, porém, reconhece que as circunstâncias podem obrigá-lo a retomar a discussão, ainda que a contragosto. E termina: “No mais, perdoem-me pelo que não desejava escrever e escrevi – por me ter posto no nível daqueles que se infamam quando pretendem infamar a outrem, por ter de descer em vez de ascender. Isso também é um sinal dos tempos”. (Id., p.84)

Ainda no número 4 da *Revista*, publica-se o mandado de segurança impetrado pela Editora Brasiliense contra o encarregado do IPM-ISEB. Assinado pelos advogados Cândido de Oliveira Neto, Cândido de Oliveira Bisneto e Aldo Lins e Silva, o documento ocupa as últimas vinte páginas do volume, e constitui mais um capítulo na história da violência contra a *História Nova*. Outro desses capítulos, mais belo e esperançoso, é o poema de Thiago de Mello “Estrela de esmeralda e rebeldia para o companheiro Joel Rufino dos Santos”, publicado no número 3 (ver ANEXO). O poeta termina assim sua mensagem:

“Pode ser que o major diga que não.  
Pode o major golpear teu rosto jovem,  
erguer o punho torpe da impostura.  
Mas contra a primavera dessa estrela  
não poderá jamais nenhum major”. (RCB, n.3, p.130)

O número 5-6 da *Revista* traz a já citada nota da Direção em que se acusa o recebimento da carta de Américo Jacobina Lacombe em resposta ao artigo de Nelson Werneck Sodré publicado no número 4. A Direção avisa que, por falta de espaço, a carta será publicada em momento oportuno. Isso só acontece em julho

de 1966, no número 8 da *Revista*. O artigo “Ecos da história da *História Nova*” traz uma explicação por parte da *Revista*, a fim de contextualizar o leitor para que se possa melhor compreender o texto de Lacombe. Nesse breve histórico, a *Revista* resume o artigo de Sodré que Lacombe vem contestar. E resume também o conteúdo do parecer de que Lacombe foi relator. O mais importante, porém, é que esse texto introdutório, assinado M.C.P. – M. Cavalcanti Proença –, acrescenta um fato novo ao debate: as conclusões do parecer do IHGB foram usadas na denúncia feita pelo Procurador Geral da Justiça Militar, em transcrição literal, como prova de que a coleção *História Nova* deveria ser apreendida e seus autores processados. E mais: demonstra que o texto do parecer foi redigido e aprovado já durante o governo militar, e não na administração anterior, como se quer fazer acreditar. Encerrando a apresentação, o diretor da *Revista* “hipoteca a sua solidariedade a Nelson Werneck Sodré pelo ardor e hombridade com que defendeu seus companheiros de equipe” (RCB, n.8, p.316) e cita Rui Barbosa para definir um determinado tipo, fazendo uma crítica com destino certo: “Cortesão das vitórias ganhas, bravo no desarmamento dos desarmados, fujão das situações arriscadas, inimigo das causas vencidas e laçao das triunfantes”. (*Id.*, *ibid.*) A carta de Lacombe se inicia logo após essa citação. Nela, o historiador se diz violentamente agredido pelo artigo de Sodré publicado no número 4 da RCB. Reafirma as conclusões de seu parecer, esclarecendo os pontos que considerou mal interpretados ou propositadamente desvirtuados pelo “General Sodré”. Volta a chamar a atenção para os erros de informação contidos nos volumes da coleção em questão. E conclui afirmando:

“Se dele divergi e aponte erros que, a meu ver, invalidam a obra, jamais concluí por qualquer recomendação contrária à livre manifestação ou ao livre debate de idéias (...). Sou de todo estranho às conseqüências de ordem política ou judiciária, ou qualquer outra, que a edição dos citados livros hajam [*sic*], por ventura, provocado (...). Sustento o direito, dele e meu, de escrevermos e nos criticarmos livremente. Como discípulo de Rui Barbosa entendo que o direito negado ao adversário virtualmente cessa de existir para nós”. (*Id.*, p.318)

A RCB traz ainda, no número 11-12, a reprodução da denúncia do Procurador Geral Eraldo Gueiros Leite, em que o Sr. Américo Jacobina Lacombe é indicado como testemunha de acusação contra os responsáveis pela *História*

*Nova do Brasil*. Com isso, completa-se o conjunto de documentos apresentados como parte da polêmica, e marca-se, mais uma vez, a posição da *Revista*, decididamente contra os abusos e violências cometidos contra a livre expressão de idéias.

#### 4.7.

#### **Arte e cultura**

As discussões políticas, sociais e econômicas sobre o Brasil e o mundo que se travavam nas páginas da *Revista* dividiam espaço com questões culturais não menos polêmicas. A RCB tinha seções específicas dedicadas aos diferentes tipos de manifestações artísticas e culturais. Além do espaço dado à literatura, a ser comentado em mais detalhes no capítulo subsequente, havia uma forte preocupação em recolher e repensar o momento cultural brasileiro e internacional, avaliando-o criticamente. O clima de efervescência do mundo artístico na segunda metade da década de 60 – dividido entre o engajamento e a alienação, o retorno às raízes populares e o experimentalismo da vanguarda – era reproduzido em artigos, debates e entrevistas.

O número 1 já deixava evidente essa intenção provocadora. Na seção de cinema, um debate reuniu os cineastas Alex Viany, Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha em torno de questionamentos sobre as origens, as ambições e as perspectivas do Cinema Novo. Dividindo com ele a seção, um artigo de Roberto Schwarz sobre o filme “8 ½”, de Fellini. Na seção de teatro, além de um balanço sobre o que foi produzido em 1964, um artigo de Paulo Francis apontando novos rumos para os autores. Sobre as artes plásticas, o provocador artigo “Por que parou a arte brasileira”, de Ferreira Gullar, e uma entrevista do poeta com o escultor paraibano Fernando Jackson Ribeiro, intitulada “Não sei para que serve minha arte”.

Os números seguintes mantêm essa linha, apresentando matérias como a entrevista concedida pelo pintor Ivan Serpa a Ferreira Gullar intitulada “O artista já não pode fechar-se em si mesmo” (n.2); a continuação do debate sobre o Cinema Novo, agora com as contribuições de Gustavo Dahl, Carlos Diegues, David Neves e Paulo César Saraceni (n.2); dois ensaios de Brecht (“O mundo

atual pode ser reproduzido pelo teatro?” e “Teatro de diversão ou teatro pedagógico”, ambos no n.3); um “confronto” sobre Música Popular Brasileira, com entrevistas de Edu Lobo, José Ramos Tinhorão e Luís Carlos Vinhas (n.3); o contundente artigo-manifesto de Glauber Rocha sobre o Cinema Novo, “Uma estética da fome” (n.3); um artigo de Rogério Duarte sobre o Desenho Industrial (n.4); um texto de Dias Gomes sobre sua peça *O berço do herói* e sobre os problemas que teve de enfrentar com os censores (n.4); “O bicho que o bicho deu”, de Luiz Carlos Maciel, sobre a peça *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de Ferreira Gullar e Oduvaldo Vianna Filho, encenada pelo Grupo Opinião (n.7), dentre muitas outras. Evidentemente, seria impossível comentar, mesmo que brevemente, cada uma delas, e resultaria cansativo continuar a enumerá-las. Essa resumida amostragem, porém, já oferece uma visão, ainda que rápida e superficial, de como a arte e a cultura ocupavam um importante espaço não só nas páginas da RCB, mas também no cenário político e social instaurado com o novo regime. A arte, com seu caráter contestador e libertário, passou a ser uma das mais eficientes formas de expressar a resistência à ditadura, de se manifestar contra os abusos do poder e de lutar pela liberdade e pela democracia.

Além dos debates divididos por áreas artísticas, inúmeros artigos sobre temas culturais mais amplos eram publicados na seção “Problemas culturais e filosóficos” ou, posteriormente, fora de qualquer seção, quando o “Roteiro” deixou de ser assim dividido. Alguns exemplos são “Tragédia e tragicomédia do artista no capitalismo”, de Georg Lukács (n.2); “A formação dos intelectuais”, de Antonio Gramsci (n.5-6); “Cinco maneiras de dizer a verdade”, de Bertolt Brecht (n.5-6), e “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, de Walter Benjamin (n.19-20). Mais uma vez, esgotar a lista seria impossível. O que importa é destacar a preocupação da *Revista* em oferecer a seus leitores uma visão crítica acerca das manifestações e dos problemas culturais, instigando a reflexão e a conscientização sobre os temas que lhes são subjacentes.

Sobre o espaço dedicado aos temas culturais pela RCB, diz Marcelo Ridenti em seu livro sobre os artistas e a revolução:

“A *Revista Civilização Brasileira* dava especial destaque aos temas culturais, expressando o florescimento artístico em curso. A cada número, eram dedicadas cerca de cem páginas ou até mais – por volta de um terço da

revista – a questões de cultura em sentido estrito, especialmente a brasileira”. (RIDENTI, 2000, p.133)

Reunindo em seus diversos volumes temas polêmicos e extremamente contemporâneos e nomes de grande destaque no cenário artístico nacional e mundial, a RCB tornou-se, novamente, portadora das vozes de uma geração, retrato vivo de uma época que não se acabou de todo. Por isso, apesar de contemplar obras e eventos de um período histórico específico, continua despertando o interesse de novos leitores e se provando bastante atual. Muitas das questões levantadas e discutidas em suas páginas permanecem ainda hoje, motivando debates e discussões. Por trás das críticas e apreciações aparentemente circunstanciais, estavam ocultos conceitos fundamentais sobre arte e cultura e reflexões profundas e permanentes sobre os rumos da humanidade.

#### **4.8.**

#### **Assuntos internacionais**

Embora dedicada primordialmente à discussão dos temas e dos interesses nacionais, a RCB não se furtou a lançar um olhar crítico sobre acontecimentos mundiais. A seção “Notas internacionais”, publicada no número 9-10, apresentava breves mas pertinentes comentários sobre eventos internacionais recentes. São textos mais datados, que muitas vezes oferecem dificuldades de compreensão ao leitor que não estiver familiarizado com os nomes e os fatos mencionados. Bem redigidas, essas notas curtas e irônicas constituem uma aguda crítica aos desmandos e às injustiças praticados em uma época tão turbulenta. Um belo exemplo é a nota intitulada “Liberdade, liberdade” (numa alusão à peça de Flávio Rangel e Millôr Fernandes):

“As entrevistas concedidas no México pelo Padre Lage e pelo Sr. Francisco Julião ao correspondente do *Nouvel Observateur* foram divulgados em tradução castelhana pelo periódico *Columna 10* (Buenos Aires). Não poderão ser publicadas nos dois países da língua materna dos entrevistados,

pois em Portugal reina Salazar e no Brasil reina – segundo informa o marechal Castelo Branco – a liberdade de imprensa”.<sup>12</sup> (RCB, n.9-10, p.55)

O artigo “Assim vai o mundo”, publicado no número 7 e que Otto Maria Carpeaux assinou somente com suas iniciais, tratou também, em pequenas notas, sobre assuntos diversos: a carta de Ho Chi Min ao Papa Paulo VI, a influência britânica na economia de Moçambique, o fim da NATO... Era uma forma de estar em sintonia com os recentes e inquietantes acontecimentos que sacudiam o mundo em meados da década de 60. A RCB, ao publicar esses comentários, arriscava-se a enveredar pelo caminho dos *faits divers* que, desde o início, em seu primeiro editorial, repudiou. No entanto, a possibilidade de contribuir para o enriquecimento do livre debate nacional acerca das questões políticas, econômicas e sociais certamente pesou na decisão de incluir essas notas.

Os assuntos internacionais tinham, de fato, grande espaço dentro da *Revista*. Basta que se veja o número – e a expressividade – de seus colaboradores estrangeiros: Georg Lukács, Linus Pauling, Jean-Paul Sartre, Lucien Sève, Gérard Lebrun, Bertolt Brecht, Roger Garaudy, Antonio Gramsci, Pier Paolo Pasolini e muitos outros que tiveram artigos traduzidos e publicados, fossem eles produzidos especialmente para a RCB ou não. Esses artigos tratavam não só de política e economia, mas também de ciências e questões culturais. Exerceram, portanto, um importante papel na abertura da intelectualidade brasileira para outras correntes de pensamento, e ofereceram à juventude de então novos caminhos para o debate. É nesse sentido que se destaca a importância da RCB como divulgadora, no Brasil, de pensadores e teorias de extrema relevância internacional, muitas vezes ainda inéditos no país.

Um dos acontecimentos internacionais que mais destaque mereceu em um só número da *Revista* – não se incluindo, é claro, os Cadernos Especiais dedicados à revolução soviética e à invasão da Tchecoslováquia – foi a rebelião dos estudantes franceses. O número 19-20, de maio-agosto de 68, traz uma vasta coleção de artigos de autores estrangeiros (Sartre, Garaudy, Lefebvre...) e brasileiros (Hélio Pellegrino, Ignácio Rangel, Paulo Francis...) sobre o tema, de modo a oferecer vários ângulos de interpretação.

---

<sup>12</sup> Padre Lage defendia a teoria de que separar a Igreja de Cristo e a doutrina de Marx era um grande equívoco; foi um dos inspiradores da Teologia da Libertação. Francisco Julião era o líder das Ligas Camponesas e um dos maiores defensores da reforma agrária no Brasil.

#### 4.9.

##### **A amplitude temática**

Como se pode ver pelo exposto até aqui, a *Revista* caracterizava-se por uma enorme amplitude temática. Em cada um de seus volumes, inúmeros e variados temas eram abordados por diferentes autores. Além das seções analisadas brevemente acima, há outras igualmente importantes: a de economia, a de ciência e tecnologia, a de cultura popular etc.. Por limitações de espaço, será impossível comentar cada uma delas isoladamente.

A abertura para diversas áreas e temas é coerente com a proposta expressa no editorial do número 1, “Princípios e propósitos”. Ali se estabelece o não-sectarismo e o princípio máximo de liberdade de pensamento – desde que esse pensamento não compactue com a ordem política, econômica e social então vigente no país. Carlos Nelson Coutinho, que esteve sempre próximo de Ênio Silveira na Editora e também na *Revista*, vê uma sintonia entre essa abertura e a ideologia marxista, que prega uma visão totalizante e revisionista da realidade.<sup>13</sup>

#### 4.10.

##### **A importância da RCB**

A simples apresentação, brevemente comentada, dos aspectos aqui apontados já seria suficiente para demonstrar a importância da *Revista Civilização Brasileira* como veículo de resistência intelectual nos anos em que foi publicada. O lugar de destaque que ocupava pode ser confirmado pela expressividade de seus colaboradores, pela rápida venda de tiragens indiscutivelmente grandes para periódicos do gênero, pela relevância dos debates que se travavam em suas páginas e pela repercussão que provocava.

O jornalista Zuenir Ventura, no livro *1968: o ano que não terminou*, comenta o sucesso da *Revista* e aponta a curiosidade pelas idéias teóricas como uma possível explicação para ele:

---

<sup>13</sup> Depoimento de Carlos Nelson Coutinho à autora.

“Mas independentemente do uso instrumental que os jovens revolucionários procuravam fazer de alguns autores, havia uma natural curiosidade pelas idéias teóricas, o que explica o sucesso da *Revista Civilização Brasileira*, que de 65 a 69 [sic] foi o pólo de concentração da intelectualidade de esquerda. Ali se travaram debates entre a esquerda reformista e a esquerda revolucionária. Através de suas páginas, tomou-se contato com Walter Benjamin, Louis Althusser, Eric Hobsbauwn [sic], Adorno, Juliet Mitchell, entre outros. Nela colaboravam intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Ferreira Gullar, Paulo Francis, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Nelson Werneck Sodré”. (VENTURA, 1988, p.55)

Essa curiosidade teórica era uma maneira de a juventude tentar embasar seus impulsos revolucionários, apoiando-os em uma teoria mais sólida. Aliada à relativa permissividade dos primeiros anos pós-Golpe, resultou em uma espécie de *boom* editorial. A cumplicidade que aquela geração tinha com a leitura foi outro fator importante para o sucesso editorial: “Lia-se como hoje se vê televisão”. (*Id.*, *ibid.*)

Ênio Silveira, comentando a *Revista*, ressaltava sua enorme importância dentro do conjunto de produções da *Civilização Brasileira*:

“Quanto aos projetos que desenvolvemos, a *Revista Civilização Brasileira* foi um capítulo à parte. Dentro da editora nós decidimos fazer uma revista, que enquanto tal, não era muito rentável, eu não estava preocupado que fosse algo rentável (...). Esta revista felizmente foi crescendo muito. Quando Sartre esteve aqui, eu mostrei a ele a revista, onde havia até um trabalho dele, que nós tínhamos publicado com autorização, e ele disse: – Que tiragem tem a revista? Naquele momento a *Revista Civilização Brasileira* que era um livro, um livro de duzentas, trezentas páginas, num formato de livro, 14 x 21 cm, com trezentas páginas em papel jornal, com pouca espessura, mas trezentas páginas! Eu disse a ele que na época a revista tinha uma tiragem de trinta mil. Ele quase desmaiou. (...) Bom, mas a revista foi um sucesso, novamente no sentido de agitar, sem querer doutrinar e sem estar a serviço de partido (...)”. (FERREIRA, 1992, p.85)

Em seu discurso de posse no Pen Club do Brasil, em 20 de agosto de 1991, mais uma vez Ênio destaca, dentre suas realizações profissionais, a publicação da RCB:

“Marco refulgente dessa fase foi a edição da *Revista Civilização Brasileira* (...). Considerada nos meios culturais e universitários do Brasil e do mundo inteiro como um padrão de dignidade da *intelligentsia* brasileira diante das forças do obscurantismo, essa publicação (...) constituiu um dos maiores

galardões de minha carreira e marcará para todo o sempre a presença da editora na história cultural do país. Um grupo corajoso e abnegado de intelectuais dignos desse nome e de sua missão social me ajudou a conquistá-lo, mas a um deles, em particular, o Brasil e eu nunca teremos suficientes palavras de agradecimento e louvor pelo admirável trabalho que realizou com sua dedicação admirável e comovente modéstia: o poeta Moacyr Felix (...)" (FELIX, 1998, p.78)

De fato, o poeta Moacyr Felix foi o grande companheiro de Ênio Silveira, não só na coordenação da série “Violão de rua”, da RCB ou, posteriormente, da *Encontros com a Civilização Brasileira*, mas trabalhando incansavelmente a seu lado na editora. O professor e poeta Carlos Lima destaca o fundamental papel exercido por Moacyr Felix, especialmente e, relação à *Revista* e a *Encontros*, “que foram e são trincheiras da Inteligência nacional contra os autoritarismos e contra as estruturações sociopolítico-econômicas que nos deformam como indivíduo e como povo; nessas páginas continuaremos reaprendendo a cultura da resistência”. (*Id.*, p.425)

A leitura da *Revista* faz com que se perceba não só o que *foi* a resistência intelectual a todas as formas de opressão mas também dá mostras de como essa resistência pode *continuar a ser*, e de como se faz necessária nos dias atuais. É, portanto, não só uma leitura que se volta para o passado, mas algo que pode esclarecer e desvendar o presente. É por isso que qualquer trabalho sobre a *Revista* jamais a esgotará: suas possibilidades de releituras e atualizações e os diversos ângulos que oferece a quem quiser se debruçar sobre ela tornam-na um assunto praticamente inesgotável. “Apesar das contribuições esparsas, ainda está por ser escrito um trabalho definitivo sobre a história da RCB, sem dúvida a mais influente do período nos meios políticos, artísticos e intelectuais de esquerda”. (RIDENTI, 2000, p.133) Possivelmente, um trabalho definitivo ainda levará muito tempo para surgir, se é que surgirá.

Deve-se ressaltar também o destaque dado à *Revista* no livro de Marcelo Ridenti, *Em busca do povo brasileiro*. Tratando sobre o engajamento dos artistas e intelectuais, principalmente nas décadas de 60 e 70, o autor recolhe depoimentos importantes sobre a RCB e sobre o papel agitador que desempenhava. Carlos Nelson Coutinho resgata essa importância, naqueles primeiros anos pós-Golpe:

“É um período muito rico na produção, na publicação e na difusão entre nós de autores marxistas, digamos, não-ortodoxos. Ao mesmo tempo, se cria, já em 65, um instrumento extremamente fundamental para a agregação dos intelectuais nessa época: a *Revista Civilização Brasileira*, que venceu vinte e dois números, de 65 a 68, quando ela foi obrigada a ser extinta pelo AI-5. Na RCB publicaram todos os intelectuais significativos da época. E todos eles numa posição crítica à ditadura”. (COUTINHO *apud* RIDENTI, 2000. p.131)

O poeta Ferreira Gullar faz coro:

“A resistência à ditadura na área cultural começa com o antigo CPC da UNE, o qual se agrupa no Opinião, por um lado. E o outro lado na Civilização Brasileira. O Ênio Silveira cria a *Revista Civilização Brasileira*, reúne um grupo de intelectuais, entre os quais eu também, Moacyr Felix, Dias Gomes, Cavalcanti Proença, Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré. Depois se amplia, tem outras pessoas, o Leandro Konder, o Carlos Nelson Coutinho”. (GULLAR *apud* RIDENTI, 2000. p.131)

O filósofo Leandro Konder chama a atenção para o fato de que a RCB foi uma das primeiras iniciativas regulares contra o governo militar. Segundo ele, a RCB “quebrou a inércia da esquerda”, e “alimentou focos de resistência”.<sup>14</sup> Além disso, não havia, na época, outra revista que atuasse nessa linha com tamanha relevância. A falta de concorrência valorizava ainda mais a existência da RCB.

Em um de seus depoimentos, o poeta Moacyr Felix lembra que a *Revista Paz e Terra* – que, posteriormente, desenvolveu-se na editora Paz e Terra – surgiu como um dos frutos da RCB. Voltada para o público cristão progressista, a *Paz e Terra* teve também enorme sucesso.

“Tivemos que fazer, porque eles queriam uma série de idéias deles. A RCB ficou muito marcada como socialista, aberta, mas dentro de uma linha materialista. Nós queríamos mostrar que colaborávamos também com eles, dentro de qualquer linha de humanismo. Lutou pela liberdade, pela humanização da vida, contra a alienação, tem consciência de que este mundo está desumanizado, quer um mundo qualitativamente transformado num mundo melhor? Estamos de acordo, vamos expor suas teorias. [...] Fizemos a *Revista Paz e Terra*, depois a editora Paz e Terra, com mais de cem livros publicados (...)”.(FELIX *apud* RIDENTI, 2000. p.134)

Já relatando a parte mais prática de produção da própria RCB, os seus bastidores, diz Moacyr Felix:

---

<sup>14</sup> Depoimento de Leandro Konder à autora.

“Logo que foi aberta a *Revista Civilização*, houve uma reunião de intelectuais. (...) Paulo Francis queria tudo em termos jornalísticos, quatro, cinco laudas. Eu falei: ‘Ao contrário, quero tudo em ensaios, meditação, é uma revista de conscientização.’ Todas as revistas eram armadas assim: chegavam aqueles artigos todos, a gente pedia, eu tirava de livros, de revistas estrangeiras, artigos nacionais. A intelectualidade brasileira toda colaborava na *Revista Civilização*. [...] Eu lia aqueles artigos, subia, no fim do dia, e dizia: ‘Ênio, este aqui é bom.’ (...) Neguei muita coisa que vinha sectária, dogmática, boba. (...) Ela foi o maior sucesso possível”. (*Id.*, p.132)

Moacyr respondia a uma observação feita no trabalho de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira*, em que o autor afirma que a *Revista* passou por diferentes fases de acordo com as variadas orientações políticas dos intelectuais que a conduziam. Segundo Mota, a *Revista* teria passado por períodos de maior radicalização ou de preponderância de linhas de pensamento progressistas e por outros de maior conservadorismo, com uma linha mais fechada e voltada para o passado, em análises ultrapassadas e populistas sobre a realidade nacional. Essa fase mais “serena” teria ganhado força a partir de 1967. A diminuição do número de textos editoriais e panfletários seria uma prova dessa maior serenidade, assim como a inclusão de textos de Marcuse e Adorno. (MOTA, 1977, pp.206-208)

Seja ou não verdade que a RCB passou por momentos variáveis quanto à orientação político-filosófica, é inegável que a publicação manteve-se sempre fiel a suas linhas mestras e a seus princípios fundamentais. É inegável, também, que sua contribuição para o livre debate de idéias e para o quadro cultural brasileiro – de então e de agora – é inestimável. Resta muito a descobrir.